

Orçamentos municipais: reforma tributária, um imperativo?

(Continuação do número anterior)

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

IMPOSTO DE RENDA BRASILEIRO: BOLA NA TRAVE

No passado, nesse Congresso da IFA, em Veneza, discutiu-se a tributação e incentivos fiscais, não para educação, mas para cultura — preservação de monumentos históricos, preservação da cultura dos países etc. Nos Estados Unidos por exemplo, existe incentivo fiscal pelo qual quem comprar um quadro, cuja permanência nos Estados Unidos seja de interesse daquele país, pode deduzir o custo do imposto sobre a Renda.

Sei que tal meta é a sofisticação da educação e cultura. Já é a cultura tomada como sinônimo de civilização, com conhecimentos pesados, sopesados e representativos da evolução do povo.

No Brasil desencentivamos a educação: verifiquem o que cada brasileiro pode deduzir do imposto sobre a Renda pela educação de seu próprio filho. Quem colocar um filho num colégio que cobra mais, não vai poder deduzir do imposto sobre a Renda, porque há limites. Parece que há a intenção de fazer com que todos coloquem seus filhos em colégios gratuitos, a fim, talvez, de reduzir o nível de eficiência do ensino de 1.º e 2.º graus ou mesmo do nível universitário. Na maior parte dos países do mundo o processo é inverso pois eles estimulam em dobro as despesas de cultura. Os senhores poderão, entretanto, dizer que existe no imposto sobre a Renda uma solução: estão ofertando, hoje, dedução em dobro para aqueles projetos de formação dos elementos que trabalham nas empresas. Ai, há, porém, um interesse específico. A empresa está investindo em recursos humanos que são de seu próprio interesse.

O ensino de 1.º grau teria que ser incentivado a partir de deduções reais.

ESTRATÉGIA DE JOGO: UMA SOLUÇÃO PROVIDENCIAL

Teríamos, então, que reformular a legislação brasileira, não em nível de um incentivo como o Mobral, que existe no imposto de Renda, mas de incentivo de todas as empresas para que elas possam, efetivamente, aplicar no ensino municipal, reduzindo a esfera municipal à administração desses recursos. A dedução da lucratividade seria tirada do imposto sobre a Renda das empresas, que aplicaríamos diretamente em seus próprios municípios e teriam, como benefício, a formação dos estudantes de 1.º grau em suas cidades.

E se a legislação proporcionasse o mesmo incentivo em dobro, aquele que se dá para o programa de alimentação e de formação das pessoas que trabalham nas empresas, estaríamos chegando efetivamente a ter uma grande participação do imposto sobre a Renda na formação da educação, sem maiores ônus para os Estados ou Municípios e com ônus apenas relativo para o setor federal.

Os senhores têm ouvido falar que vamos obter de superávit 9 bilhões de dólares na balança comercial; devemos exportar em torno de 23 bilhões de dólares e importar de 15 a 17 bilhões de dólares. Pois bem. Por que estamos obtendo superávit? Porque estamos nos utilizando do imposto de Renda, que tem sido o grande estímulo. Os senhores dirão e o IPI, o ICM? De rigor, não porque estas são isenções que qualquer país do mundo oferece. Ocorre que o imposto sobre a Renda tem sido utilizado para incentivar, o que permite que as empresas exportem sem pagar imposto sobre o lucro. Isso leva o país a não ficar com muito do que produz para pagar uma parcela dos juros de sua dívida externa. O Brasil deve pagar este ano de 13 a 15 bilhões de dólares de juros, contra um superávit de 9. Vamos, pois, mandar todos os recursos para fora e ainda vamos ficar devendo mais.

Ora, por que não usar esse mesmo imposto — que é utilizado por qualquer país civilizado — para alocar tais recursos em nível de municípios, para a municipalização do ensino de 1.º grau? Esta solução não requer reforma tributária, pois bastaria uma lei ordinária e, por outro lado,

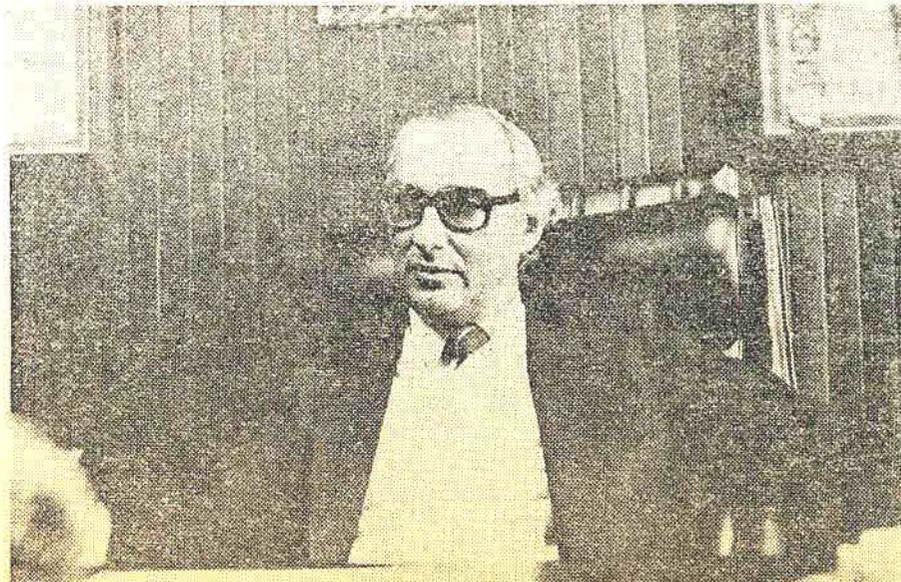
é algo que pode ser obtido mediante maioria simples no Congresso Nacional, no caso de se estruturar um projeto, contando com o apoio dos municípios. O Governo federal não poderia vetá-lo, uma vez que não se trata de reforma tributária e sim de um incentivo no imposto, a partir do qual será possível a utilização da potencialidade de todas as empresas nacionais e multinacionais existentes no Brasil. Principalmente nos municípios menores, em que uma empresa em boa situação tem interesse em estar bem com as autoridades — como acontece aos municípios norte-americanos, que não têm receita tributária própria.

O Brasil é uma das únicas Federações do mundo que oferta a imposição em nível constitucional: Em outras federações, os municípios não têm receita tributária própria, e sim alocada. Eles recebem a participação na receita fiscal dos demais entes. Nos Estados Unidos isso funciona. O sistema tributário americano permite. Eles possuem o imposto de Renda Federal e estadual. Lá o imposto de renda estadual é real. No Alasca, por exemplo, quando ocorreu o aumento de preço do petróleo, além do imposto de Renda da ordem de 47/48%, foi criado o imposto de Renda estadual de 9%. Isso porque o lucro das empresas comportava, uma vez que a produção era grande e a lucratividade decorrente de fatores externos.

brando imposto sobre a Renda de todas as empresas exportadoras brasileiras. Ofertam esse incentivo fiscal às empresas industriais por uma única razão: é que se aumentam a capacidade de contribuição em determinados segmentos societários, em relação ao próprio imposto. A empresa passa a produzir mais e, mesmo pagando menos, termina por gerar mais arrecadação, combatendo-se o ciclo da recessão.

É preciso sair da recessão sem se criar inflação. O que cria a inflação neste país não é a iniciativa privada, mas sim o setor público, ao deixar de realizar suas funções primordiais para realizar outras. O que cria a inflação é o Governo, restringindo verbas para educação, saúde, segurança, justiça e tendo verbas para uma atuação inútil, inócua, desnecessária, perturbadora, no setor que seria próprio da iniciativa privada, até porque o Governo não cobra tributos de si próprio e, mesmo naquelas empresas, em que pela lei deveria pagar tributos, como elas são deficitárias, não têm o que pagar; elas não dão lucros que gerem imposto sobre a Renda no próprio governo. Os seus déficits são cobertos pelo Governo, com os nossos recursos.

Não há fórmula mágica. Sou profundamente pessimista em face do modelo econômico brasileiro. Acho que tentar reforma tributária dentro deste modelo é apenas aumentar a carga tributária, sem alcançar objetivo algum. A solução



(IVES GANDRA DA SILVA MARTINS é professor titular de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie.)

Parece-me, pois, que este seria um esquema útil para se solucionar problemas, sem reforma tributária, sem tocar em outras receitas tributárias — que, fatalmente, teriam de ser pagas por toda a sociedade — e sem mudanças do modelo, porque é preciso admitir que este modelo só seria mudado com um outro governo.

Receita decorrente do próprio imposto sobre a Renda poderia ser obtida e esta se mostra solução extremamente viável, em nível de ficar à opção das empresas. A empresa estimulada dessa maneira, de certa forma estará obtendo um incentivo fiscal e terminará porque não projetava esses lucros no preço final, pois terá de pagar o imposto sobre a Renda. Ao invés de pagá-lo, ela o conservará e o utilizará em algo que é efetivamente útil e que gerará melhores possibilidades e mercados, criando um processo às avessas saindo do sistema estatal para o sistema privado, o que fará com que, mesmo incentivada, a empresa produzirá mais.

O Governo havia calculado o orçamento fiscal deste ano em 19 trilhões de cruzeiros. No mês de fevereiro ou março, já disse que será de 29, apesar de não estar co-

seria tentar uma modificação fundamental, a partir do único imposto que poderia ser utilizado corretamente, em nível de cada município: o imposto sobre a Renda como incentivos reais, deduções reais, potencialidades e aplicações reais. A dedução seria feita do imposto de Renda, mas a aplicação seria feita diretamente, ou nos Municípios, ou nas escolas regionais, ou ainda nas escolas particulares sob supervisão do município. Dessa forma estar-se-ia gerando o que é fundamental para essa alocação, ou seja, recursos não inflacionários. No modelo atual, parece-me esta a única possibilidade, pois o § 4.º do art. 176 não se mostra viável para aplicação. Se alguém tiver interesse nesse modelo alternativo, basta que se leia o livrinho chamado "O Poder" e que se use de bom senso porque economia exige apenas bom senso.

Tenho receio, tenho particular medo dos gênios da economia. Nunca vi um gênio em economia dar certo, porque esta é uma matéria que prescinde de gênios. Necessita de bom senso, tem que fluir naturalmente e os gênios não se

(Continua na página seguinte)

Livros & Autores

Na Bienal grandes acontecimentos no Stand número 21, da Difel

A DIFEL, que nos seus trinta e cinco anos a serviço da cultura nacional tem primado por lançar obras de reconhecida qualidade, está preparando para a IX Bienal Internacional do Livro, em agosto próximo, muitos eventos para os quais gostaria de contar com sua presença.

DIFEL — EDITORA BERTRAND BRASIL:

A CONFIRMAÇÃO DE UMA FILOSOFIA

A partir dessa IX Bienal Internacional do Livro, a DIFEL estará mudando sua razão social para EDITORA BERTRAND BRASIL S.A. Esta mudança vem confirmar, no Brasil, as mesmas tradições de bem editar de sua co-irmã da Portugal, a Editora Bertrand, S.A.R.L.

:: :: ::

A Editora Bertrand Brasil S.A. (DIFEL) planejou para a IX Bienal Internacional do Livro grandes lançamentos em seu Stand n.º 21:

Dia 21-08-86 — 19:30 horas — "Indagações sobre uma vida melhor", de Dom Helder Câmara — Nos últimos 30 anos, Dom Helder Câmara tem trabalhado muito, lutando contra a injustiça e a opressão, fazendo da não-violência o lema de sua vida. Esta obra reúne respostas conscientes, sinceras e de muita fé em Deus e no ser humano a perguntas de pessoas perplexas diante dos fatos que violentam o mundo de nossa época. Aqui são discutidas questões como: política, economia, pacifismo, não-violência, ecologia, Igreja, direitos humanos, entre outras.

Dia 23-08-86 — 19:30 horas — "Lusitânia", de Almeida Faria — É a história de Portugal, da luta de seu heróico povo na Revolução de 25 de Abril de 1974, com suas mazelas e sua tradição, contada em forma de carta. Almeida Faria faz parte da atual geração dos literatos lusitanos aplaudidos na Europa.

Dia 24-08-86 — 15:00 horas — Coleção Corta-Cola, com os livros: "A borboleta Marieta e o beija-flor Zeca Trombeta", "O galo roqueiro", de Cláudia Schiller — Estas obras abrem a Coleção Corta-Cola, com que a Bertrand Brasil (DIFEL) estará se lançando na literatura infantil. Cláudia Schiller — o jovem talento descoberto e aqui lançado — traz histórias e poemas que com humor e muita imaginação, levarão as crianças a descobrir um pouco de sua sensibilidade e emoção. São obras novas, um novo tipo de literatura que irá maravilhar a criançada, agradando, ainda mais, aos pais e os professores.

Dia 27-08-86 — 20:00 horas — "O aquário negro", de Frel Betto — Um relançamento dos contos de Frel Betto, reunidos em obra antiga e há muito fora do alcance do grande público. "O aquário negro" vem com revisão atualizada do autor, e revela o contista de vastos recursos expressivos e raro vigor estilístico, que é Frel Betto. Estes contos têm o homem como ser político em seu cerne.

Dia 29-08-86 — 20:00 horas — "De amor e de sombra", de Isabel Allende — Depois do grande sucesso de "A casa dos espíritos", Isabel Allende lançou "De amor e de sombra" já vitorioso no exterior, como seu antecessor. "De amor e de sombra", uma grande história de amor vivida por dois jornalistas, unidos por um sentimento de luta contra as agruras e a implodida perseguição de uma ditadura militar. Isabel Allende virá ao Brasil, a convite da Editora Bertrand Brasil-DIFEL especialmente para o lançamento deste livro, no Stand n.º 21.

Dia 30-08-86 — 20:00 horas — Coleção "Dias Gomes" — Todas as obras deste conhecido dramaturgo e há muito festejadas pelo público serão agora reunidas e, uma única coleção, ricamente encadernada e colocada à disposição do grande público.

:: :: ::

DAVID DREW — Processos Interativos Homem-Meio Ambiente

Esta obra de David Drew, ao analisar os processos in-

terativos entre o homem e o meio ambiente, oferece ao leitor uma introdução sucinta ao campo de ação da Geografia Física.

A primeira parte procura salientar a interação existente nos sistemas do meio ambiente natural, revendo os princípios básicos e mostrando as alterações encadeantes através do sistema. Na Introdução, o autor demonstra como o padrão geográfico não é simples função do controle ambiental, e nesse nível de organização surgem como importantes as mudanças ambientais ocasionadas pela ação humana. A segunda parte é essencialmente direcionada para o estudo, em vários capítulos, do impacto do homem sobre os solos, as plantas e os animais, atmosfera, a água, as formas de relevo e os oceanos. A terceira parte analisa o impacto humano em contextos econômico-regionais, versando sobre as áreas rurais e urbano-industriais.

Oferecendo abordagem adequada ao estudo do meio ambiente, "Processos Interativos homem-meio ambiente" surge como instrumento útil aos professores, no ensino universitário e mesmo de segundo grau, porque está recheada de estudos de caso. Sua utilidade também é realçada por estabelecer metodologias de análise e sugestões e analogias para o trabalho de campo.

(David Drew é professor do Departamento de Geografia, em Trinity College, da Universidade de Dublin, Irlanda).

Tradução: João Alves dos Santos — Capa: Isabel — Páginas: 222 — Preço: Cz\$ 80,00. — DIFEL Difusão Editorial S.A.

:: :: ::

"SIMPATIAS DA EUFRÁZIA" — Nenzinha Machado Salles

Nestes tempos atuais, onde acima de tudo reina a tecnologia, cresce a cada dia, o número de céticos e materialistas entre a população.

A maioria das pessoas recorre, sempre que necessita e na maioria dos casos, aos cuidados dos profissionais da avançada tecnologia, quase nunca lembrando-se dos cuidados caseiros e simpatias usados pelas nossas avós e que promoveram a cura de gerações, através dos tempos.

Em "Simpatias de Eufrázia", Nenzinha Machado Salles — a já conhecida autora das obras "Sebastiana Quebra-Galho" e "Maria Melado" — pesquisou, coletou e colocou de forma acessível as mais diversas simpatias, destinadas a resolver vários problemas de saúde e a oferecer ao leitor a solução prática para os problemas do dia-a-dia.

Neste livro, vamos encontrar em ordem alfabética, as mais curiosas simpatias compiladas em três assuntos principais: Simpatias para doenças em geral, Simpatias para crianças e Simpatias variadas.

Quem não gostaria de saber de "um segredinho" para sarar de uma afta importuna ou livrar-se de terríveis enxaquecas, dores de garganta, do estômago ou problemas da coluna ou então libertar-se das desagradáveis e inoportunas caspas. Mães, sempre preocupadas com o bem-estar de seus filhos, sentirão melhores amparadas com os conselhos de "Simpatias de Eufrázia" para oferecerem aos seus filhos uma solução segura e sem contra-indicação para os seus diversos problemas, durante as várias fases de seus crescimentos.

"Simpatias de Eufrázia", lançado como uma "contribuição da autora à felicidade de cada um" é também uma obra prática, um manual que leva a um sem-número de leitores uma fonte tradicional para a pesquisa e solução de problemas do cotidiano e, a outros leitores uma fonte curiosa de pesquisa da cultura popular de todos os tempos — uma leitura bastante agradável...

Páginas: 150 — Capa: Eugênio Hirsch — Preço: Cz\$ 55,00 — Civilização Brasileira S.A.

Orçamentos municipais...

(Continuação da página anterior)

acostumam aquilo a que todos estamos acostumados: a viver. Economia é compra e venda, é negociação desenvolvida entre as partes. Quem não entende o fenômeno econômico e sua simplicidade, é obrigado a fazer verdadeiras equações econométricas. Quando vejo equações econométricas colocadas nos exames das Faculdades de Economia, fico horrorizado, porque Economia existe, fundamentalmente, para ser vivida em função da sociedade. Eu acredito naquilo que David Ricard chamou de economia política e tributação, que são os dois parâmetros possíveis. Ao contrário, às vezes se faz projeções de números sem se perceber que são seres humanos que estão nessas números, e se passa a viabilizar soluções como se estes seres humanos não existissem. Como aconteceu no livro de Erich Maria Remarque, "Nada de Novo no Front", algumas pessoas tinham morrido, poucas, razão pela qual se dizia que naquele dia não havia nada de novo no Front.

Eram realmente poucas para uma guerra, mas cada uma delas tinha casa, família e suas mortes representaram sérias consequências para aqueles núcleos familiares.

Quando os economistas trabalham com números e não com pessoas, os resultados também são numéricos. É por essa razão que entendo, voltando ao tema, que deveríamos começar a partir de soluções simples, para realmente transformar a potencialidade, a possibilidade de municipalização do ensino, a partir do imposto que é utilizado pelos países civilizados: se "deu certo" nesses países por que não seguir o exemplo? Por que pretender passar por soluções mais complexas, se esse instrumental existe na própria Constituição?

Era isso o que queria trazer à reflexão dos amigos.

N.B. — Após a palestra poucas foram as mudanças do modelo econômico, mesmo após o advento da Nova República. Passou o Governo, todavia, a teorizar mais o amor à livre iniciativa, embora, na prática, o processo de estatização não tenha sofrido mudanças. O pessimismo nosso, infelizmente, se revelou adequado e a situação em 1985 é pior do que aquela de 1984. Houve uma emenda constitucional de n.º 25 que alardeou o controle federal sobre estados e municípios, ofertando-lhes mais autonomia, inclusive política para alguns. Em matéria de ensino, todavia, o quadro permanece o mesmo. Por outro lado, o "emendão" terminou sendo retirado, como prevíamos.

Estado solicita à população que poupe energia elétrica

É necessário evitar o desperdício de energia sem afetar, contudo, o ritmo de atividade econômica. A esse consenso chegaram o governador Franco Montoro e o presidente das companhias de energia do Estado, Jacques Marcovitch, em reunião mantida no Palácio dos Bandeirantes.

Marcovitch mostrara ao governador Franco Montoro o quadro do consumo de energia elétrica e a situação dos reservatórios. Assim, de janeiro a maio deste ano, o consumo médio do Estado cresceu 3,4% em relação a igual período do ano anterior, com aumento maior de consumo nas áreas urbanizadas. Por outro lado, os reservatórios estão com sua capacidade de captação aquém do esperado.

Entre as providências que serão imediatamente acionadas, está uma campanha publicitária (televisão, rádio, jornais e cartazes de rua), a fim de sensibilizar a população para a necessidade de poupar energia elétrica.